

16º Exame de Ordem - 2ª fase - 2001

Direito Administrativo

1. Para determinada carreira do Poder Executivo Municipal, há, por lei de iniciativa do respectivo Prefeito, a gratificação de produtividade. Sucede que tal vantagem funcional não é, a rigor, condicionada à produtividade do servidor municipal, porque a ela fazem jus, sempre em valor idêntico para cada classe da carreira, os servidores em efetivo exercício e aqueles que, embora afastados, são considerados como em efetivo exercício por ficção legal.

Emita parecer sobre o direito de os servidores inativos da supra-referida carreira perceberem tal gratificação.

ADVOGADO: Caio Tácito

OAB: 1.000

END: Rio de Janeiro

2. É constitucional um policial civil ser posto em disponibilidade, com proventos proporcionais a seu tempo de serviço, por ato do Chefe do Poder Executivo, em virtude de contra ele tramitar processo administrativo disciplinar?

3. Considerando-se que os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público, há limite de idade para o desempenho de tal atividade?

Justifique.

4. Haja vista as entidades da administração indireta não serem subordinadas, mas apenas vinculadas, às pessoas políticas, justifique a possibilidade ou impossibilidade de a nomeação do presidente de uma autarquia ser obrigatoriamente submetida ao respectivo Poder Legislativo.

5. O primeiro colocado em concurso público para provimento de cargo público tem direito à nomeação?

Justifique.

6. Multa, aplicada em virtude de regular exercício de poder de polícia, pode ser imposta em múltiplos do salário mínimo?

Justifique.

Direito Penal

1. Afonso Luís foi denunciado pelo delito previsto no artigo 121, caput, do Código Penal. O Promotor de Justiça afirmou, na denúncia, que o acusado, consciente e voluntariamente, matou Joaquim Silva, após ter efetuado um disparo com sua arma de fogo contra a vítima, e que, em decorrência das lesões produzidas por tal disparo, veio a falecer.

Ao final da segunda fase do procedimento do júri, o Conselho de Sentença do III Tribunal do Júri, julgando procedente a pretensão punitiva, condenou Afonso Luís, pela prática da conduta descrita no artigo acima citado. Ocorre, entretanto, que todo o conjunto probatório produzido nos autos do citado processo demonstrava ter Afonso agido em legítima defesa.

Como advogado de Afonso Luís, redija o recurso cabível, com suas respectivas razões, abordando necessariamente os seguintes pontos: (1) tese de defesa, (2) conjunto probatório e (3) pedido final.

ADVOGADO: Tobias Machado

OAB:1.000

END.: Rio de Janeiro

2. Sinval toma conhecimento de que seu amigo Silvio furtou vários objetos de uma loja, mas, entretanto, por estar a Polícia no seu encalço, teve que fugir apressadamente da cidade. Silvio entra em contato com Sinval e este vai à casa daquele e retira os objetos que foram furtados, guardando-os em sua loja para posterior entrega a Silvio. A conduta de Sinval merece reprovação penal?

3. "A", catedrático da Universidade Federal, exige de sua despreparada aluna "B", filha de abastado comerciante, em pleno exame oral de segunda época, a importância de R\$ 100,00, sob pena de reprová-la. "B", ciente de que efetivamente não fora bem na arguição, discretamente, entrega-lhe um cheque naquele valor, o qual, todavia, veio a sustar posteriormente, em consequência do que "A" não recebeu o seu valor. Houve crime(s)? Quem o(s) praticou? Qual(is)?

4. Pedro, desempregado há vários meses, passando por problemas decorrentes do desemprego, foi preso em flagrante porque não dispunha de licença de ambulante e estava vendendo mercadorias de pequeno valor que, ilegalmente, adentraram no país. Na defesa do acusado, como advogado, em termos de mérito, o que alegaria em prol da defesa de Pedro?

5. José, zeloso tesoureiro de órgão público, ao final do expediente, por esquecimento, deixou o cofre da repartição aberto. João, que é faxineiro de empresa privada, vendo o cofre aberto, aproveita-se da situação e retira todo o dinheiro que existia no cofre. Houve crime(s)? Qual(is)? Quem o(s) praticou?

6. Paulo, que fora condenado à pena de 6 anos de reclusão, após ter cumprido 4 anos e 3 meses da pena, veio a evadir-se do presídio onde se encontrava. Depois de ter ficado foragido por quase 5 anos, veio a ser recapturado e recolhido à mesma unidade prisional. Como advogado, o que poderia requerer para colocar em liberdade Paulo?

Direito Tributário

1. Negar autorização para emissão de notas fiscais, apreender mercadorias nas fronteiras entre Estados e incluir no Cadastro de Inadimplentes (Cadin) quem discute judicialmente débitos tributários são alguns procedimentos adotados com frequência por fiscais estaduais e federais para cobrar tributos das empresas.

Inconformados com a postura da Fazenda Pública a Associação dos Contribuintes contratam V. Exa. para elaborar parecer contra os atos acima.

Sugestão: elaborar parecer com ementa, introdução, mérito e conclusão, abordando no mérito o direito positivo, a doutrina e a jurisprudência aplicável ao caso.

ADVOGADO: Ricardo Lobo Torres

OAB: 1.000

END.: Rio de Janeiro

Todas as respostas devem ser fundamentadas, mencionando inclusive o direito positivo.

2. Bernardo, seu estagiário do escritório de advocacia, inconformado com a pontuação obtida no provão da OAB, pergunta-lhe: qual o fundamento constitucional e legal que determina que as isenções do ICMS são concedidas por convênio?

Responda indicando o fundamento normativo.

3. M.R.W., brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, que estava temporariamente prestando serviços na cidade de New York, faleceu na recente tragédia terrorista nos Estado Unidos.

A viúva, considerando que o falecido deixou bens e que não quer sujeitar-se à incidência de multa de 10% do imposto de transmissão, pergunta-lhe: qual o prazo para abertura do inventário?

Responda indicando o fundamento legal.

4. A empresa Konstruir que se dedica a incorporações imobiliárias, considerando que adquiriu no ano passado diversos imóveis com o intuito de especulação, consulta-lhe indagando sobre quais instrumentos tributários e financeiros que o município poderá usar contra ela?

5. A Medida Provisória 2.222, de 04 de setembro de 2001, dispõe sobre a tributação, pelo imposto de renda, dos planos de benefício de caráter previdenciário.

Pergunta-se atualmente quais são as restrições constitucionais quanto ao uso de medidas provisórias em matéria tributária?

Responda indicando o fundamento legal.

6. Empresa que se dedica ao ramo de compra e venda de imóveis lhe consulta indagando quais são as normas que disciplinam o imposto de transmissão inter vivos?

Responda indicando o fundamento legal.

Direito Comercial

1. Álvaro Alberto Jardim, Ana Maria Paes e Xavier Barbosa são amigos há muito tempo. Os dois primeiros são servidores do Banco Central do Brasil há quinze anos, e o terceiro é Procurador da República na ativa. Os três foram sorteados na Mega Sena e receberam juntos o valor líquido total de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais). Após terem dividido em partes iguais o dinheiro recebido, debateram a possibilidade de formarem uma sociedade para explorar negócio bancário, e foram a seu escritório consultá-lo. Após examinar as leis pertinentes, redija uma correspondência endereçada simultaneamente aos três potenciais sócios, aconselhando-os a respeito do tipo societário que poderão adotar para viabilizar o empreendimento, justificando sua opinião. Lembre também de responder justificadamente à pergunta feita a você, durante a reunião,

pela Ana Maria Paes, a qual tem diversas dívidas antigas para quitar e, assim, se preocupava com o fato de que talvez só pudesse realizar, no ato de subscrição, 8% (oito por cento) da parcela de capital social que irá subscrever na sociedade a ser constituída.

ADVOGADO: Alaor Eduardo Siscinio

OAB: 1.000

END. : Rio de Janeiro

2. Qual a providência que o portador da duplicata mercantil deve adotar para assegurar o direito de regresso contra os endossantes da mesma, e os respectivos avalistas?

Justifique sua resposta.

3. Qual a distinção básica entre uma Cédula de Crédito e uma Nota de Crédito (sejam elas de qualquer tipo: industrial, comercial ou à exportação)?

4. Em seu entendimento, o Adiantamento ao Contrato de Câmbio à Exportação é contrato de compra e venda, ou de empréstimo?

Justifique.

5. Quais as distinções básicas entre o mandato mercantil e a comissão mercantil?

6. Quais as diferenças básicas entre um Contrato de Arrendamento Mercantil e um Contrato de Locação?

Direito Civil

1. Arilson, como advogado, foi contratado por Alberto, mediante contrato escrito, apenas assinado por ele e pelo cliente, para representá-lo em ação judicial de reintegração de posse de valioso terreno de Alberto invadido por posseiros. Obtendo êxito e desocupado o imóvel, fazia ele jus ao pagamento da quantia de R\$ 5.000,00, na forma do contrato, que, porém, não foi paga por seu constituinte, apesar da demanda ter alcançado o resultado esperado.

Você é o advogado de Arilson que, não desejando advogar em causa própria, o procurou.

Elabore a peça processual cabível para buscar o recebimento do crédito em questão.

ADVOGADO: Caio Mario da Silva Pereira

OAB: 1.000

END.: Rio de Janeiro

2. Uma determinada loja de departamentos veiculou em jornal de grande circulação a notícia de que fornos de microondas estariam em promoção. Sua especificação, preço e condições de pagamento foram, na mesma ocasião, divulgadas. O utensílio doméstico era de boa qualidade e o preço

excepcional.

Diante da oportunidade única, muitos consumidores se dirigiram à loja. A grande quantidade de pessoas interessadas superou a quantidade dos fornos de microondas ofertados, que se encontravam no estoque da loja. O gerente, diante da insatisfação dos clientes que não puderam levar o aparelho, decidiu expedir para todos os que se encontravam na loja vales-compra contra pagamento antecipado, até que o estoque fosse repostado.

Passada a confusão, a loja de departamentos entra com ação anulatória de ato jurídico para a desconstituição dos contratos de compra e venda concluídos com os consumidores, alegando que:

- a) Houve erro na veiculação da oferta, haja vista que os preços eram claramente inadequados para o produto, sendo muito mais baixos que os de mercado.
- b) Houve a *vis compulsiva* típica da coação psicológica do gerente da loja, haja vista que este, temeroso da reação dos clientes insatisfeitos que se encontravam dentro da loja em grande número, não poderia ter agido de outra maneira.

Com base na argumentação acima exposta, estabeleça fundamentadamente se é viável ou não o êxito judicial da pretensão da loja de departamentos.

3. Um morador em um condomínio de apartamentos, possuidor de caríssimo automóvel importado, participa de uma assembléia de seu condomínio onde os moradores resolvem, por unanimidade, alterar a convenção inserindo cláusula excluindo a responsabilidade do condomínio por danos e furtos em veículos estacionados na garagem. Cada condômino estaciona o seu próprio carro na vaga previamente delimitada e o condomínio não dispõe de chaves do mesmo.

Tempos depois, o veículo do morador acima referido é severamente arranhado em toda a extensão da lateral, sem que se consiga determinar quem foi o autor do dano. Este então ingressa com uma ação de indenização em face do condomínio, pleiteando o ressarcimento do seu prejuízo. Estabeleça fundamentadamente se é viável ou não o êxito judicial de sua pretensão.

4. Em contrato de seguro, havia duas cláusulas antinômicas. Uma impressa, a outra manuscrita. Ambas admitiam dupla interpretação: em favor do segurado e em favor da seguradora.

Pergunta-se:

Qual das duas cláusulas será aplicada?

Por quê?

A favor de quem será interpretada a cláusula aplicada?

Com base em qual princípio?

5. Um pequeno empresário, possuidor de um único imóvel de residência familiar, prestou fiança para que um empregado seu alugasse um imóvel residencial para o estabelecimento de sua família perto do local de trabalho.

Meses depois o locatário foi demitido pelo patrão e, atrasando os aluguéis, não tinha bens ou dinheiro para cobrir o débito. Assim, tratou o locador de executar o fiador, requerendo judicialmente a penhora do imóvel residencial de sua família para quitação do débito. O fiador alega a existência da garantia constitucional da impenhorabilidade do "bem de família", a proteger indistintamente e acima da lei ordinária o asilo de toda e qualquer

espécie de entidade familiar. Estabeleça, à luz dos princípios do ordenamento jurídico, a validade jurídica de tais argumentos.

6. O restaurante *Feliz Cidade* ajuizou uma ação de natureza indenizatória contra o Sr. Torquato, objetivando a reparação pelos prejuízos causados por seu filho Torquato Júnior, de 19 (dezenove) anos de idade, que, juntamente com outros dois jovens identificados em inquérito criminal, em atos de vandalismo, destruíram parte da fachada do imóvel do estabelecimento, implicando seu fechamento temporário para a realização dos reparos necessários, requerendo, por esses prejuízos, a quantia de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais).

Em defesa, o requerido alegou que seu filho tinha bens próprios (fato verdadeiro) e, por isso, a ação deveria ter sido proposta contra ele, devidamente assistido pelo próprio demandado, em razão de sua relativa incapacidade.

Entedeu ainda que, sendo na hipótese três os autores do ato ilícito, a ação deveria ter sido proposta contra os três e o valor da indenização deveria ser proporcionalmente suportado por todos eles, montante de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) para cada um. Procedem ou não as alegações do Sr. Torquato? Por que?

Direito Trabalhista

1. Na terceirização, se o terceirizado (contratado) não honrar com suas obrigações legais-trabalhistas em face daquele que utilizara na execução dos serviços para a tomadora (que é a terceirizante), não o fazendo mesmo após a condenação judicial final, o que sucederá, na execução, se a coisa julgada falava em subsidiariedade e a terceirizada já não mais existir?

ADVOGADO: Evaristo de Moraes

OAB: 1.000

END: Rio de Janeiro

2. Seu cliente, empregado, recebendo uma Sentença que indeferia seu pleito de vínculo empregatício a reconhecer, vê uma palavra e não a entende. A palavra é "signalagmático". Pede breve comentário sobre o que a mesma significa.

Você deve, aqui e resumidamente, dizer a ele o que significa; no máximo em 5 linhas, escreva o que você diria quanto à indagação.

3. Uma empregada doméstica o procura pretendendo ajuizar Reclamação Trabalhista em face da sua ex-empregadora, quanto à estabilidade constitucional, pós parto, relativa à gestante. O que você faria em relação à possível cliente?

Resposta em, no máximo, 10 linhas.

4. Nas Turmas do TRT da 1ª Região, extinta que foi a representação classista (no Rio, já no dia 21/09/2001), quantos Juízes terão que compor o *quorum* mínimo para o julgamento dos Recursos?

5. Numa Reclamação Trabalhista de Rito Sumaríssimo ("RPS"), quais as premissas de cabimento e admissibilidade, que o Reclamado-empregador deverá atender para que seu Recurso de Revista seja admitido no Regional e, ao depois, remetido ao TST para julgamento?

Responder em, no máximo, 10 linhas.

6. Num Dissídio Coletivo instaurado, o TST verifica, o que o TRT não verificara, inexistir a prova da prévia tentativa negocial entre as partes, no que é alertado pelo Ministério Público; o que cabe decidir neste caso?

No máximo, resposta em 3 linhas.